

**CEDI**

# Uma denúncia: últimos índios maxacalis estão abandonados

Estado de Minas  
15/05/84

O estado de quase absoluta miséria e abandono em que vivem os últimos índios Maxacalis em Minas ainda não despertou a atenção do governo mineiro, passados já três anos de denúncia sobre a situação. Ao contrário da proteção federal e estadual a que têm direito, os Maxacalis continuam vítimas de pressões e ameaças de morte, inclusive por parte de fazendeiros e políticos da região. Tais denúncias foram confirmadas ontem, em Belo Horizonte, por sete entidades indigenistas que estiveram na Assembléia Legislativa em busca de apoio dos deputados mineiros, através da possível formação de um grupo parlamentar pró-causa dos índios.

Segundo documentos entregues ontem aos deputados mineiros — alguns deles já sensibilizados com o problema, como os parlamentares Antônio Faria, do PMDB, e João Batista Mares Guia, do PT — os 500 remanescentes da nação Botocudo no País continuam abandonados no Vale do Mucuri, Nordeste de Minas, quase divisa da Bahia, vigiados por soldados da Polícia Militar e ameaçados por fazendeiros cujas terras fazem limite com as suas aldeias: "Sem providências urgentes por parte da Secretaria de Estado da Segurança Pública, os assassinatos podem continuar ocorrendo, daí o nosso pedido expresso e público de garantia de vida para eles" — declararam os indigenistas.

O documento foi assinado pelas seguintes entidades: Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Grupo de Estudos da Questão Indígena (Grequi), Paróquia de São Sebastião de Maxacalis, Comissão Pastoral da Terra, Comissão de Justiça e Paz da Diocese, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni e Sindicato Rural de Bertópolis. Segundo tais entidades, em agosto do ano passado, três chefes Maxacalis foram a Brasília se encontrar com o deputado Mário Juruna, para denunciar os constantes assassinatos e agressões por parte dos vaqueiros ocorridos entre as áreas das aldeias Pradinho e Água Boa.

Para por fim aos constantes assassinatos, os índios propuseram ao Governo a devolução das terras não incluídas na demarcação de 1940, e que fazem parte do território tradicional dos Maxacalis, o que representaria a ligação dos dois postos indígenas. Como até o momento nenhuma providência foi tomada neste sentido, a tensão continua aumentando na região, com resultados imprevisíveis.

A polícia Militar, segundo informaram os indigenistas, continua patrulhando ostensivamente a área da aldeia de Pradinho, principalmente, fato este verificado diariamente pelos próprios índios e pela população envolvida. Outro foco de tensão foi o espancamento recente, por parte da polícia lo-

cal, de um cidadão casado com índia e morador da referida aldeia, para que incriminasse os índios de roubo de gado. Este fato recordou à população os tenebrosos tempos da Guarda Rural Indígena, criada pelo capitão Manoel dos Santos Pinheiro, que hoje, na reserva, exerce grande liderança policial e política na região. E é também um dos principais ocupantes da faixa de terra reivindicada pelos índios.

Além de pedir garantia de vida para os índios Maxacalis — cujo roubo de gado, há três anos atrás, foi comprovado publicamente como decorrência do chamado "Estado de Necessidade", pelo Código Penal — as entidades indigenistas mineiras reconhecem e apoiam a reivindicação daquelas aldeias em recuperar aquela faixa de terra. Segundo eles, esta é a única e prática garantia de par fim aos assassinatos e espancamentos dos índios.

## Os pataxós

O diretor da Divisão da Polícia Federal em Ilhéus, delegado Guido Alves, disse ontem que o clima no município de Pau Brasil, onde se situa a reserva dos índios Pataxós Ha Ha Hãe é bastante tenso e somente hoje, acompanhados por policiais federais, os técnicos da Funai iniciarão os contatos com os fazendeiros arrendatários das terras indígenas. Apesar das informações de Brasília darem conta de que a Funai pretende

desalojar estes fazendeiros e os posseiros das terras indígenas, o delegado federal garante que isto não irá ocorrer, lembrando que a questão está "sub-judice".

Segundo o delegado Guido Alves, o clima na região é de tensão exatamente por causa destas "notícias distorcidas". "Ninguém será expulso — garantiu — antes da decisão judicial e o objetivo da comissão da Funai na área é apenas fazer um contato com os arrendatários". Apesar do clima tenso, segundo ele, a polícia federal mantém a situação sob controle.

Os fazendeiros, por seu turno, segundo informações chegadas a Salvador e Pau Brasil, acham que o objetivo da equipe da Funai na área é mesmo expulsá-los, citando todos os arrendatários em atraso para devolução de área. E já anunciaram a intenção de resistir.

"Não temos mais condições de suportar essa guerrilha de fogo de monturo. Estamos perseguindo nosso sonho que foi iniciado há 40 anos quando construímos nossas fazendas. Cada dia surgem mais apreensões que nos trazem momentos de incertezas e de preocupação", disse o presidente do Sindicato Rural de Pau Brasil, Pedro Leite, em uma reunião que promoveu ontem com os arrendatários de terras indígenas. Os fazendeiros decidiram enviar uma comissão a Brasília para discutir a questão das terras dos Pataxós Ha Ha Hãe com a Funai e tentar conseguir o apoio do ministro para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini.



O policiamento ostensivo da PM tem impedido os famintos Maxacalis até de mendigar sobrevivência fora de suas aldeias